

Relatório Anual 2019



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo
dos Funcionários da Nestlé



PALAVRA DO PRESIDENTE

Prezados Associados,



2019 foi um ano especial, em maio completamos 50 anos de Credi Nestlé. Desde os pioneiros que criaram a instituição, as diretorias anteriores e nossa equipe, sempre buscamos a inovação e a melhor maneira de fortalecer nosso relacionamento com nossos cooperados. Muitos sonhos pessoais se tornaram realidade graças aos recursos e condições especiais que a Credi Nestlé oferece, seja na reforma do imóvel, na compra de um carro, uma moto, o casamento, estudo dos filhos, dentre muitos outros. Além disto, vale destacar a concessão de 516 Kits de nascimento aos filhos de cooperados e 140 Reembolsos de matrícula nas Universidades.

Somos uma instituição financeira que personaliza o atendimento e oferece serviços específicos a cada cooperado com uma atenção especial, oferecendo crédito em condições abaixo das taxas aplicadas pelo mercado financeiro.

No intuito de oferecer ainda melhores condições, para celebrar os 50 anos da Cooperativa, quem ganha é o cooperado. Nosso conselho diretivo aprovou uma nova linha de crédito com taxa especial. Confira com nossa equipe ou no site da Credi Nestlé.

Investimos na formação de nossa equipe, com aquisição de novas tecnologias para facilitar o atendimento e com programas de treinamento. Criamos oportunidades na equipe, fortalecendo nossa diversidade e possibilidade para todos, como por exemplo, abrindo vaga na contratação de assistentes com + de 60 anos.

Com muito orgulho de toda nossa equipe de Diretiva, do conselho e equipe de trabalho, convido a todos a acompanharem os números registrados em nosso Balanço Geral de 2019, Remuneração de capital, sobras distribuídas, entre outras conquistas do período, registradas neste relatório.

2020 está sendo um ano desafiador para todos nós, priorizemos nossa saúde, da família e de outros. Que estejamos ainda mais unidos no bem comum e construindo uma Credi Nestlé ainda melhor na solução financeira para os nossos cooperados.

Contem conosco,

Marcos Valentim Baccarin

Conselho de Administração - Diretor Presidente

.....

NOSSA MISSÃO



Prover nossos associados com recursos financeiros para possibilitar a concretização de seus desejos e necessidades, em condições percebidas como sendo as melhores do mercado, segundo as regras estabelecidas pela Cooperativa.



.....

NOSSOS PRINCÍPIOS



Foco no associado, eficiência, inovação e competitividade.



.....

NOSSA VISÃO



Ser a primeira opção dos associados na obtenção de recursos financeiros, para a realização de seus desejos e necessidades. Ser reconhecida como excelência em práticas geradoras de um novo comportamento econômico e financeiro a longo prazo.



.....

NOSSOS VALORES



Acreditamos e praticamos os valores que sustentam os Princípios Cooperativistas (adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação e informação; intercooperação; interesse pela comunidade). Além da excelência, ética, igualdade e valorização das pessoas, transparência, honestidade e integridade.



INFORMAÇÕES LEGAIS

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé – Credi Nestlé

Avenida das Nações Unidas, 17.007 - 22º andar – Torre Sigma
Várzea de Baixo – São Paulo/SP – CEP 04730-090

Canais de Acesso

Central de Atendimento ao Colaborador: (11) 5102 1849

Área Administrativa: (11) 5508-9070

@ nescred@br.nestle.com



www.nescred.com.br

Registros

Banco Central do Brasil: 279 em 09/07/1969

CNPJ (MF): 62.562.012/0001-67

JUCESP: 354.000.106-49

CECRESP: 029

Atendimento da Ouvidoria



0800-725-0996



www.ouvidoriasicoob.com.br

ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2021 dos membros eleitos em A. G. O. de 26/04/2019:

DIRETOR PRESIDENTE	Marcos Valentim Baccarin	Nestlé Sede
DIRETOR ADMINISTRATIVO	Francisco Gonçalves Neto	Nestlé Sede
DIRETOR OPERACIONAL	Raimundo César Gomes	FUNEPP
CONSELHEIRO	Fábio Alfieri Araújo	Nestlé Sede
CONSELHEIRO	Douglas Deivid Santos de Oliveira Sartori	Nestlé Sede
CONSELHEIRO	Carlos Eduardo Marinho	Nestlé Sede

CONSELHO FISCAL - Com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2021 dos membros eleitos em A. G. O. de 26/04/2019:

CONSELHEIRO EFETIVO	Marco Aurélio Cavalcante Nunes	Nestlé Sede
CONSELHEIRO EFETIVO	Kennedy Mantovani Nóbrega	Nestlé Sede
CONSELHEIRO EFETIVO	Rafael Martines da Costa	Nestlé Sede
CONSELHEIRO SUPLENTE	Leandro Bovo	Nestlé Sede
CONSELHEIRO SUPLENTE	Sidney Isaias Ribeiro	Nestlé Sede
CONSELHEIRO SUPLENTE	João Henrique Vargas Valério	NBS



DELEGADOS

EFETIVOS

SUPLENTES

REGIÃO SÃO PAULO/CAPITAL

Vinicius Pinheiro de Moraes	Flavio Jorge Procida
Maurício Rodrigues	Miriam Cassimiro das Chagas Delfino
Eula Laura Ladeia Gomes	Valter Monteiro dos Santos
José Ricardo Varandas	Cleide Ferreira da Silva Custodio Jorge
Ítalo Lima Navarro Fonseca da Silva	Selma Severo Vasconcelos
Solange Maria Sutecas	Renata Cristina Faria Neto

REGIÃO NORTE – NORDESTE:

Iraniana Mendes de Medeiros	Emerson Henrique de Lima Barros
-----------------------------	---------------------------------

GRUPO SECCIONAL CAÇAPAVA – SP:

Rodrigo Fernandes Campiolo	Bruna dos Santos Rocha Pontes
André dos Santos Rio	Anselmo Gomes Salgado

SÃO JOSÉ DO RIO PARDO – SP:

Elaine Cristina Malagute	Gabriel Henrique Marchi dos Santos
--------------------------	------------------------------------

ARAÇATUBA – SP:

João Marcelo Alias Fernandes	João Donizeti Martins Andrade
------------------------------	-------------------------------

RIBEIRÃO PRETO – SP:

Juliano César Denardi	Nilson Aparecido Dias de Castro
João Henrique Vargas Valério	Maxwell Omura Soares

REGIÃO FEIRA DE SANTANA E ITABUNA – BA:

Alexandre Addêo Carlquist	Denes Ventania Lima
---------------------------	---------------------

REGIÃO DE ARARAS E CORDEIRÓPOLIS – SP:

Antônio Dorival Bernardo Junior	Laura Laís Figueiredo
Celso Guimarães da Silva	Graziele Renata Chinelli
Fabiano Liani	Rubens Migliari Junior
Filipe Zanchetta Machado	José Antônio Pinto Nascimento

MARÍLIA – SP:

Gisele Cristina da Silva	Marcelo Gomes da Silva
Álvaro Ramalho Júnior	Júlio Cesar Aléssio

REGIÃO MINAS GERAIS E BELO HORIZONTE:

Fábio Hilário Buratto	José dos Santos Neto
Mauro Augusto Martins	Vanilson Vieira dos Santos

REGIÃO RIO DE JANEIRO - RJ:

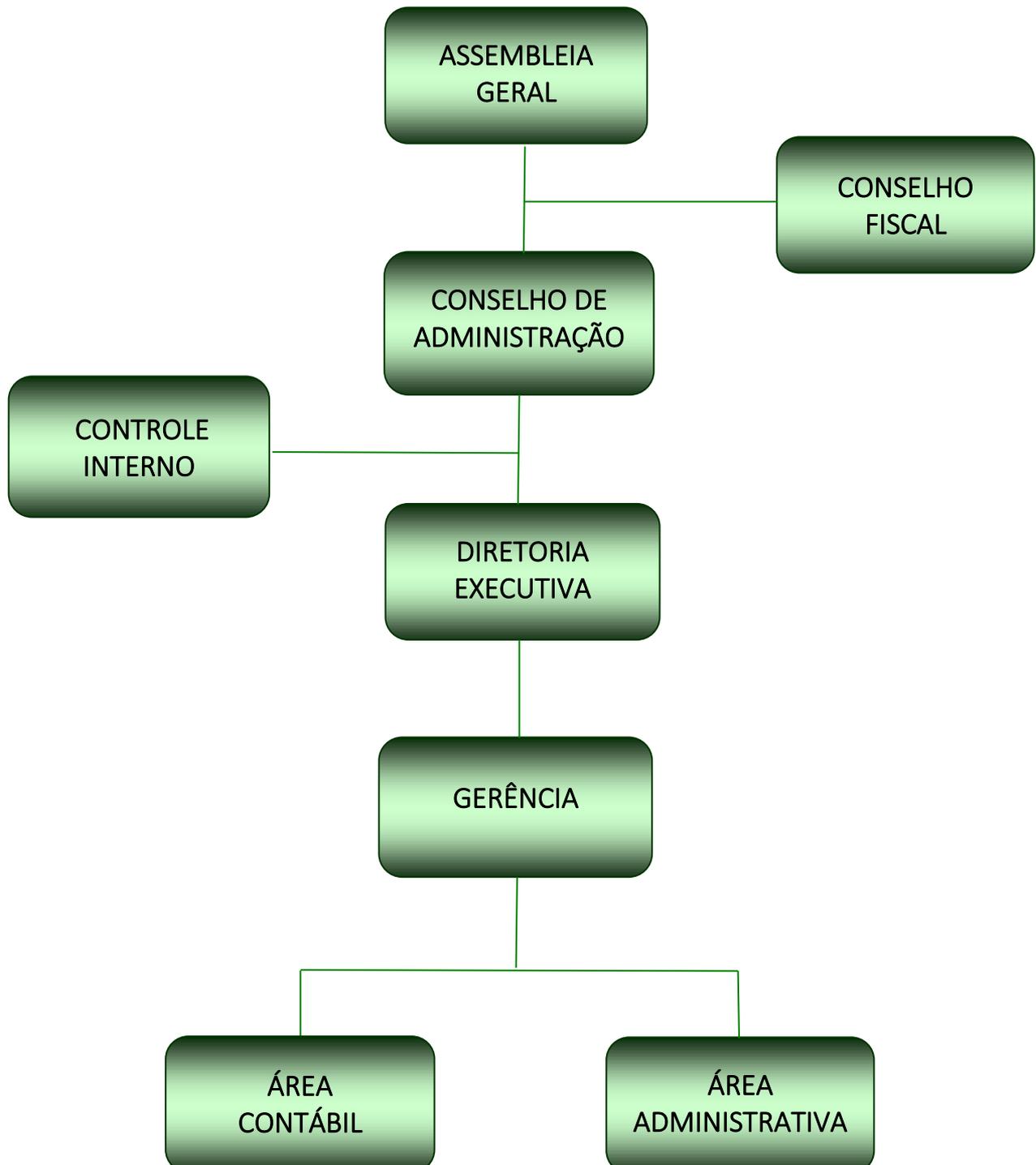
Thiago Henrique Zoca	Nayara Canto Laranjeiras
----------------------	--------------------------

GRUPO SECCIONAL REGIÃO SUL – RS:

Tiago Paiva Miranda	Sidiani Gerevini
---------------------	------------------

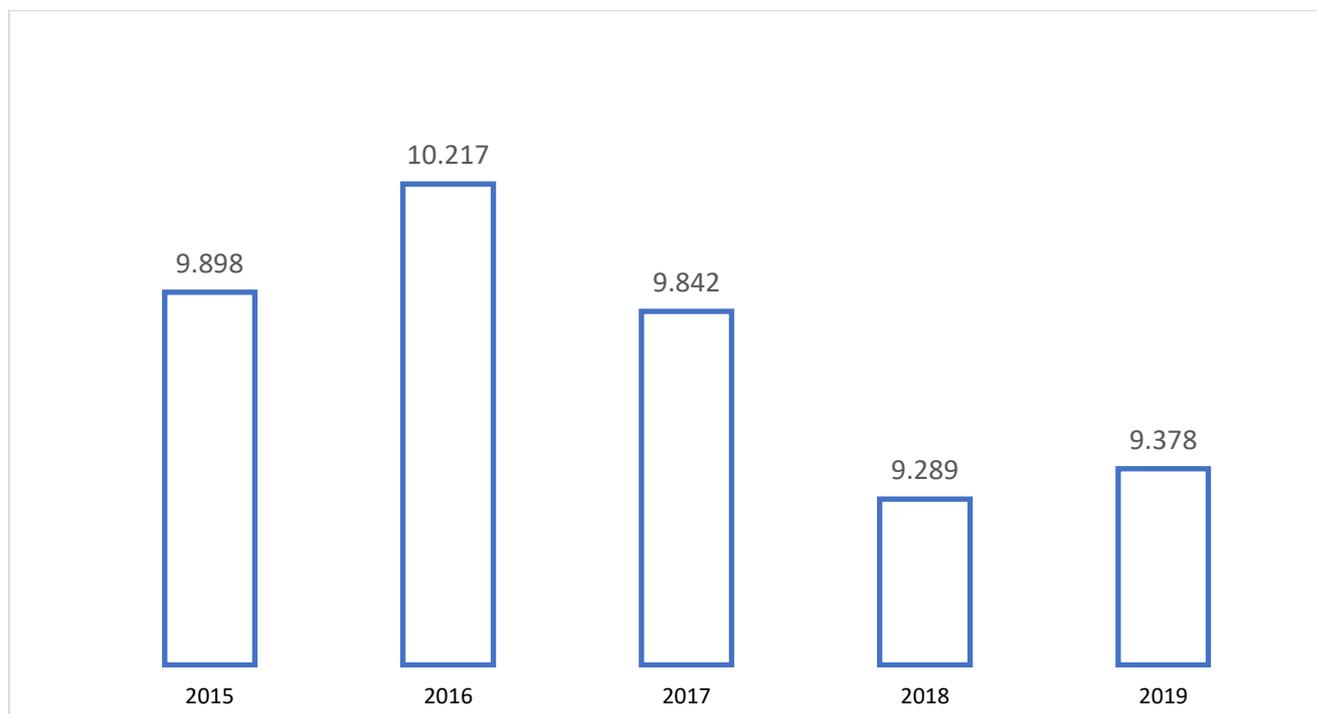
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Para o desempenho das atividades a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé, dispõe da seguinte estrutura funcional:

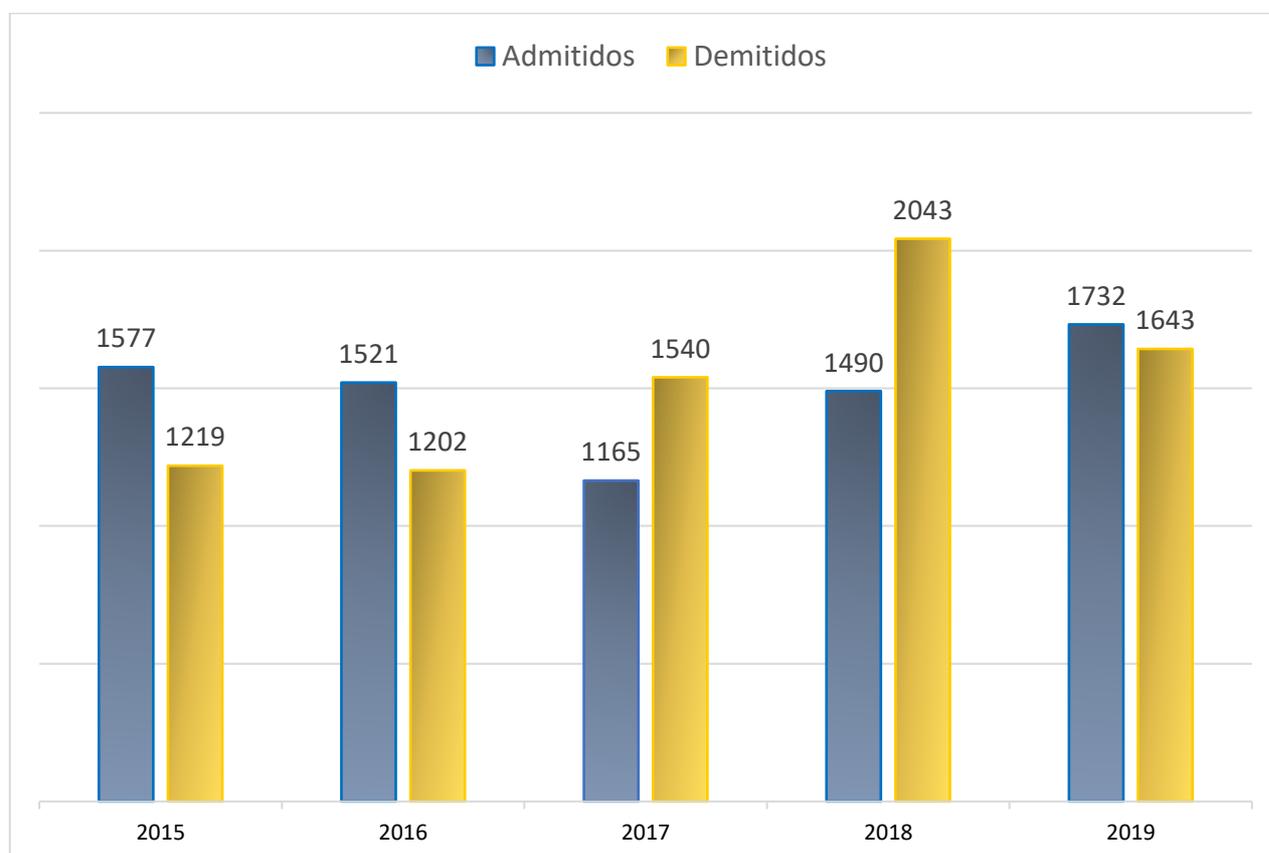


EVOLUÇÃO DO QUADRO DE ASSOCIADOS

O total em 2019 é de 9.378 associados

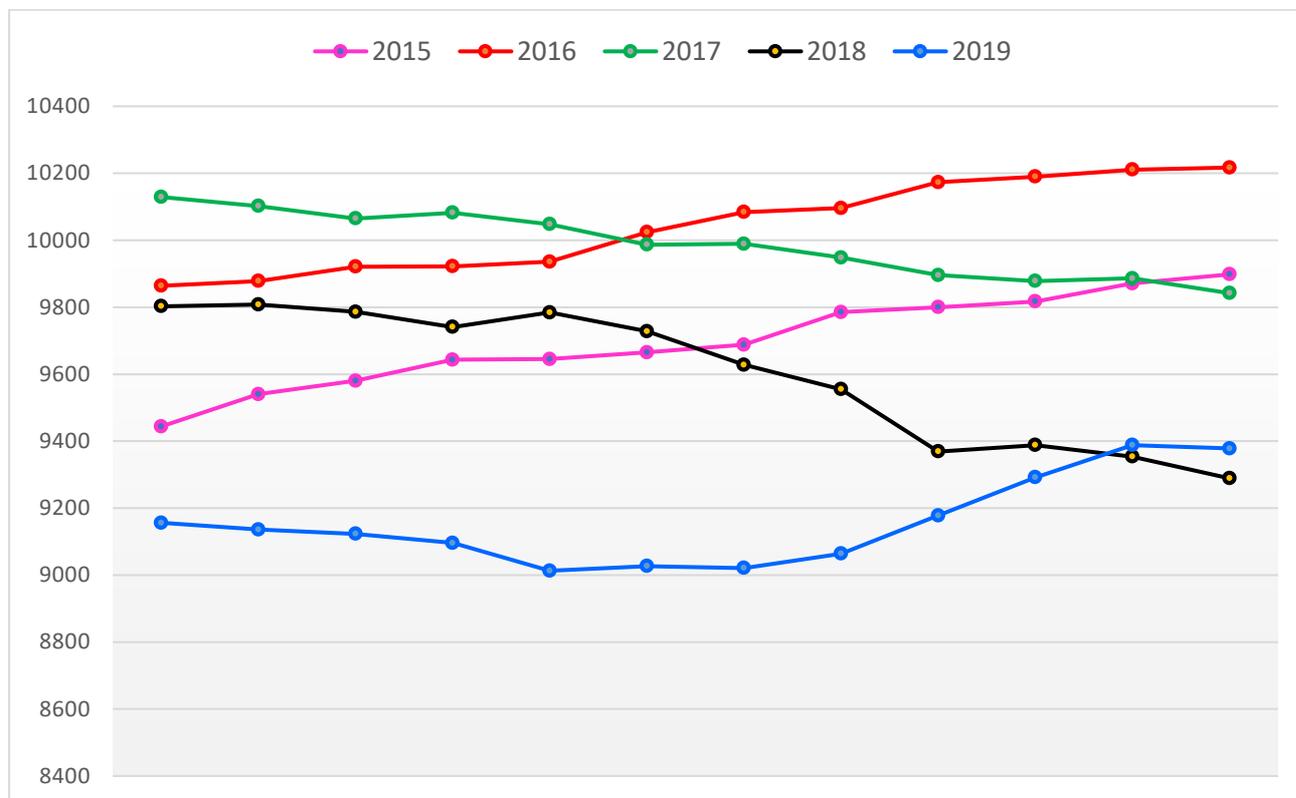


MOVIMENTAÇÃO ANUAL DE ASSOCIADOS



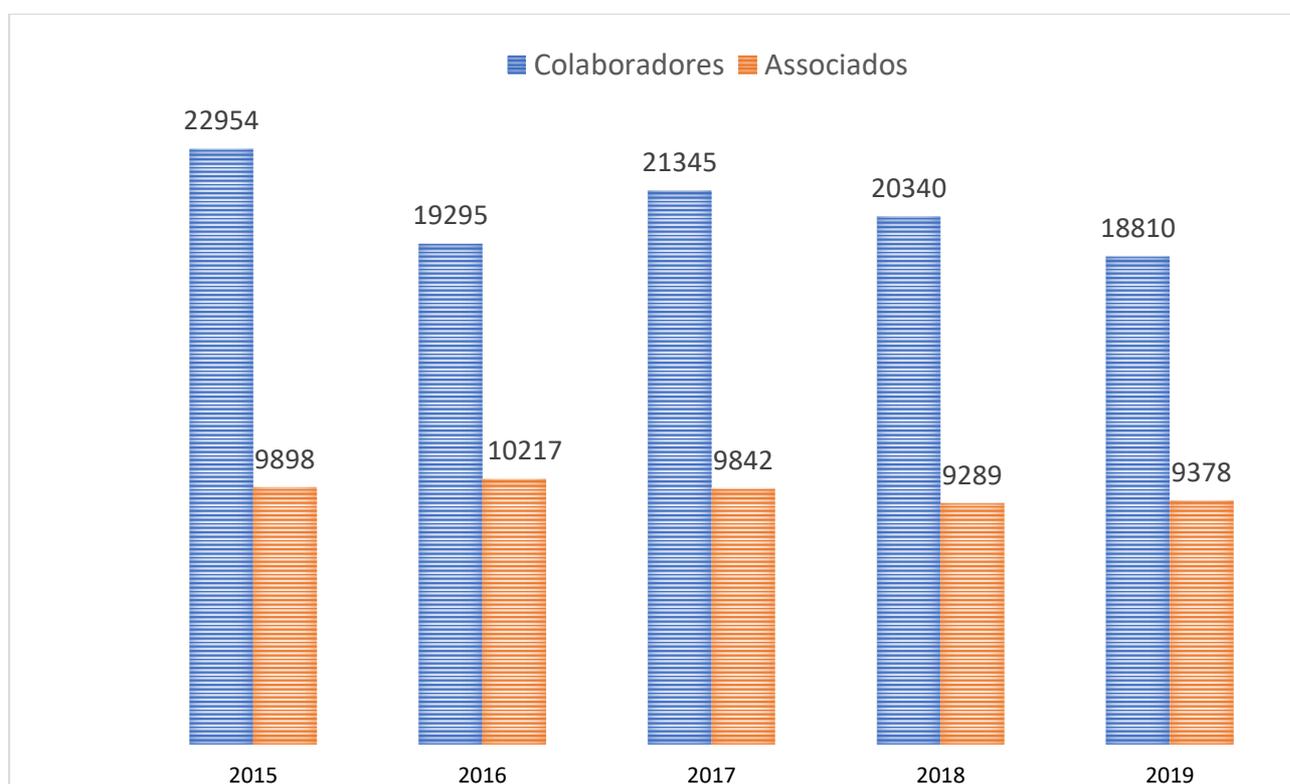
MOVIMENTAÇÃO MENSAL DE ASSOCIADOS

JANEIRO INICIOU COM 9.156 ASSOCIADOS E FINALIZOU DEZEMBRO COM 9.378 ASSOCIADOS

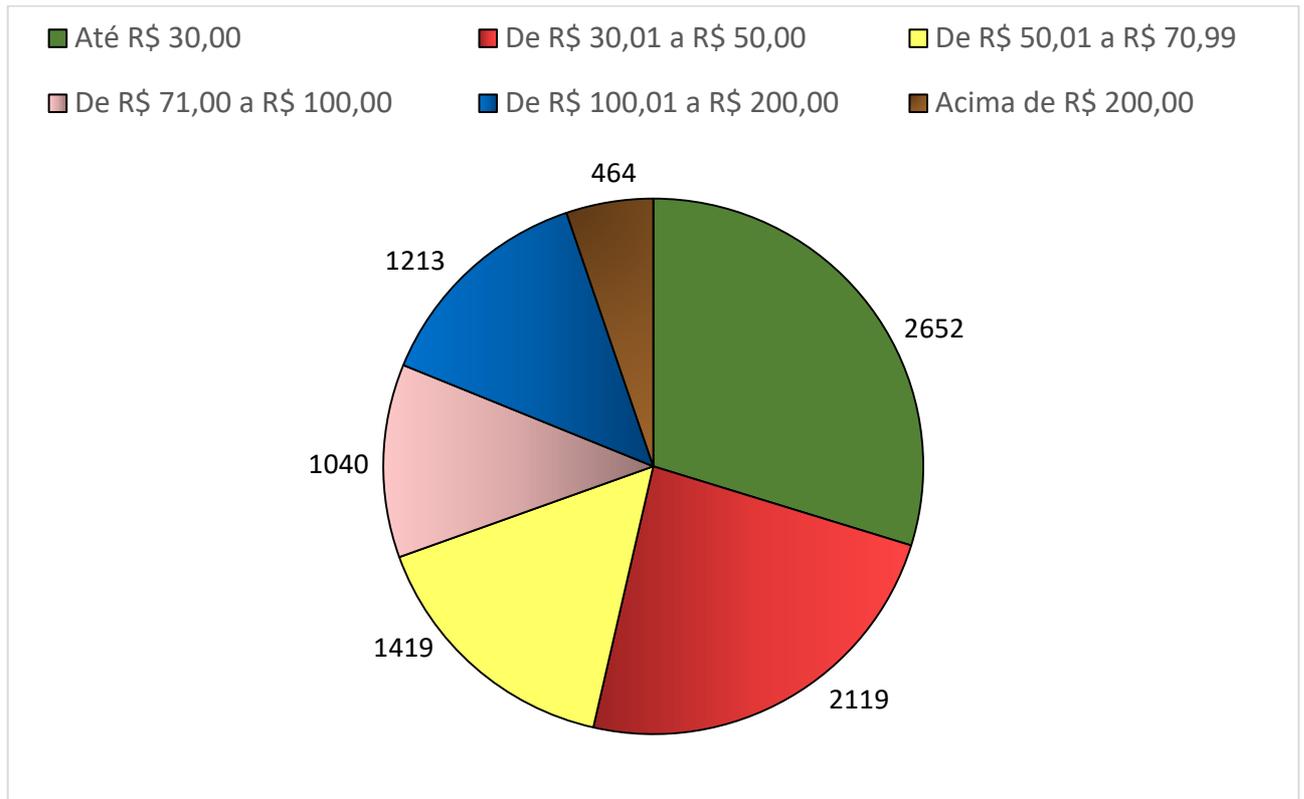


ASSOCIADOS X COLABORADORES

EM 2019 ATINGIMOS 50% DOS COLABORADORES DO GRUPO NESTLÉ EM ASSOCIADOS

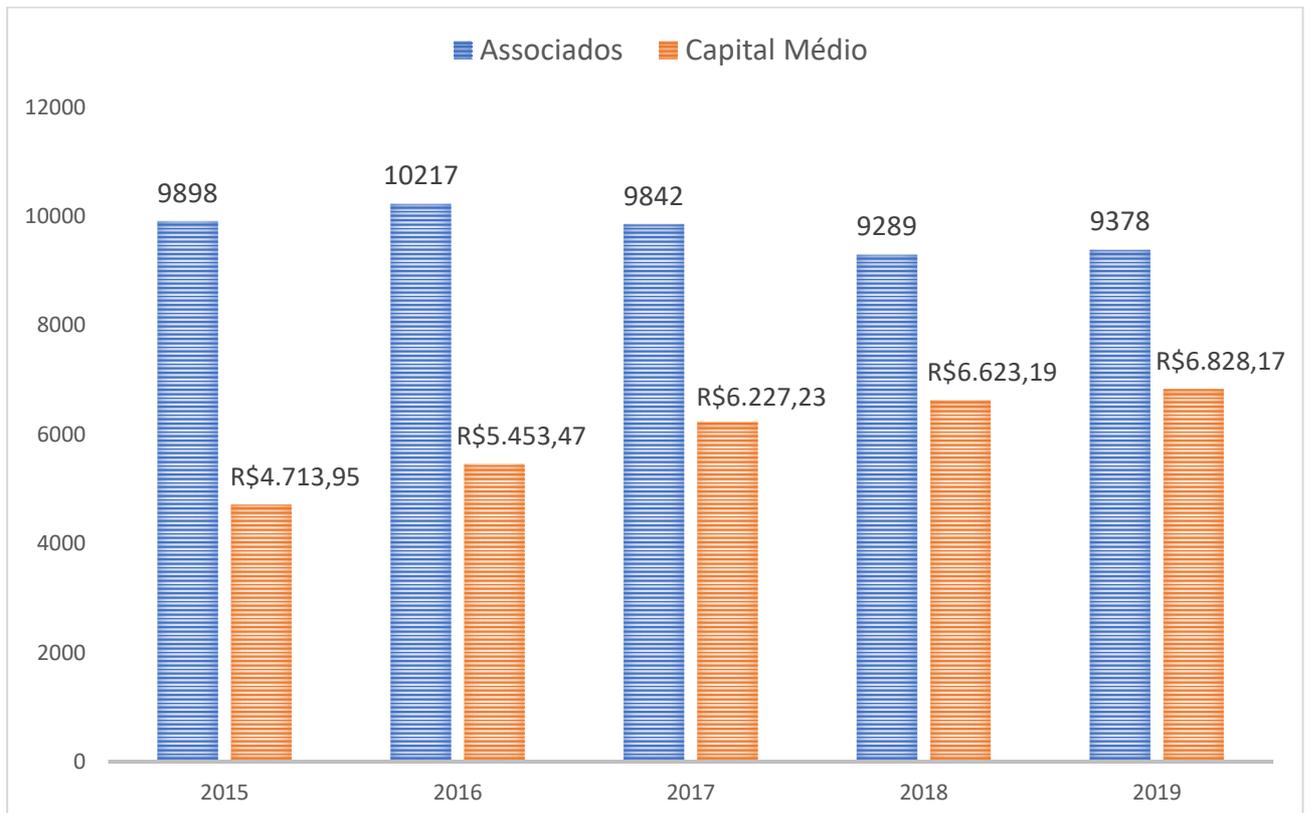


INTEGRALIZAÇÃO MENSAL DE QUOTAS NO CAPITAL



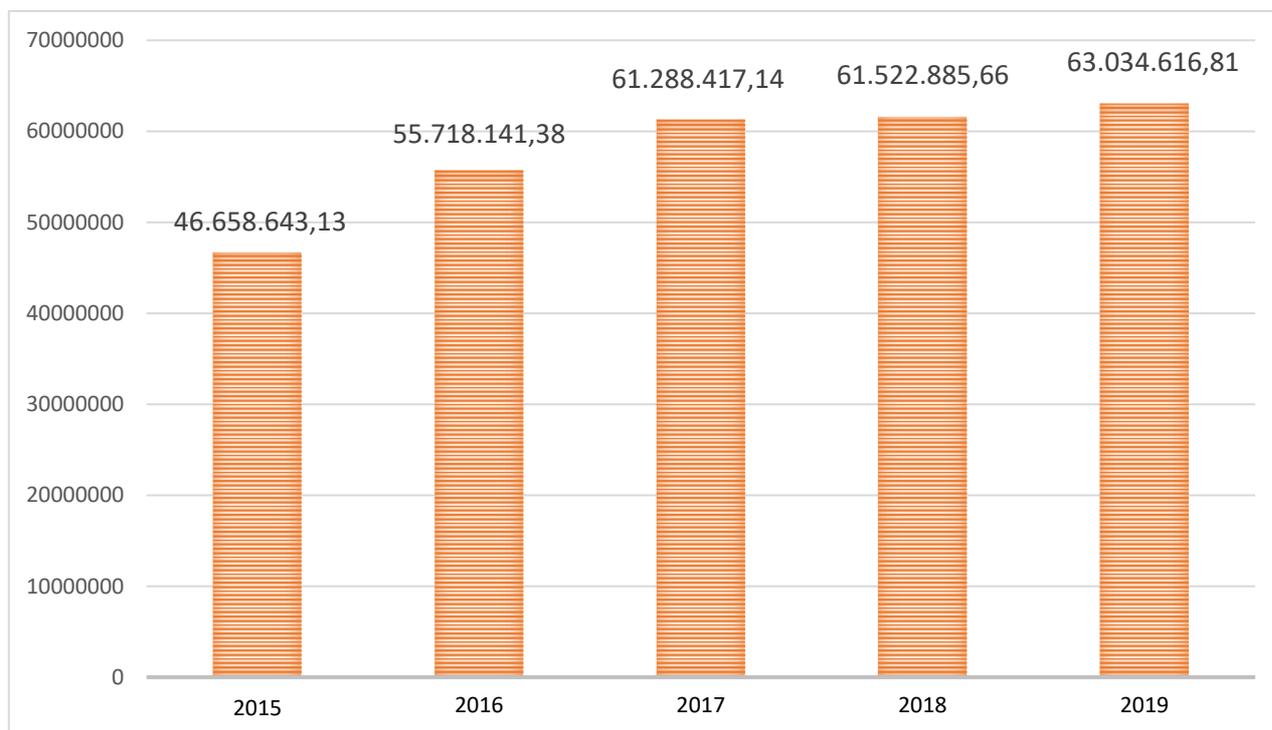
CAPITAL MÉDIO POR ASSOCIADO

DE 2018 PARA 2019 O CAPITAL MÉDIO POR ASSOCIADO CRESCEU EM 3,09%



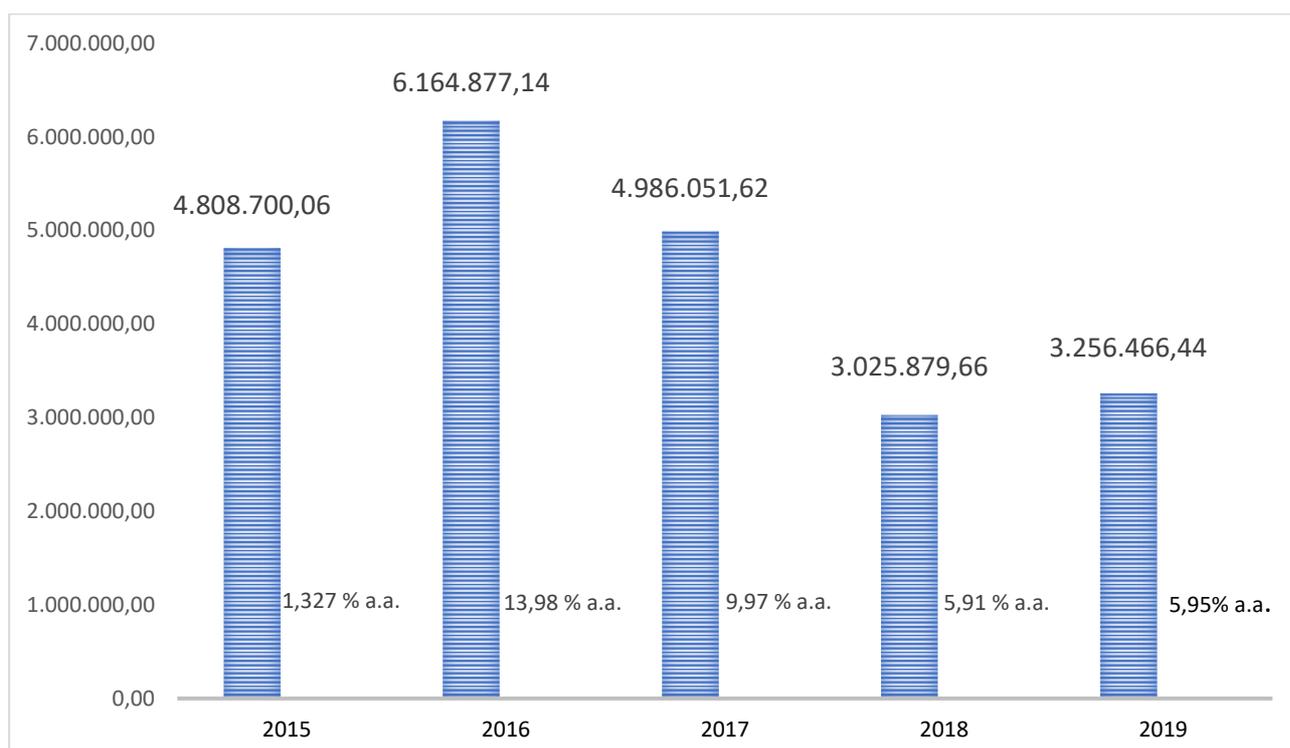
EVOLUÇÃO DO CAPITAL DOS ASSOCIADOS

O Capital Social é formado pelo Capital de todos os associados e apresentou expansão de 2,46% no ano de 2019 em relação a 2018

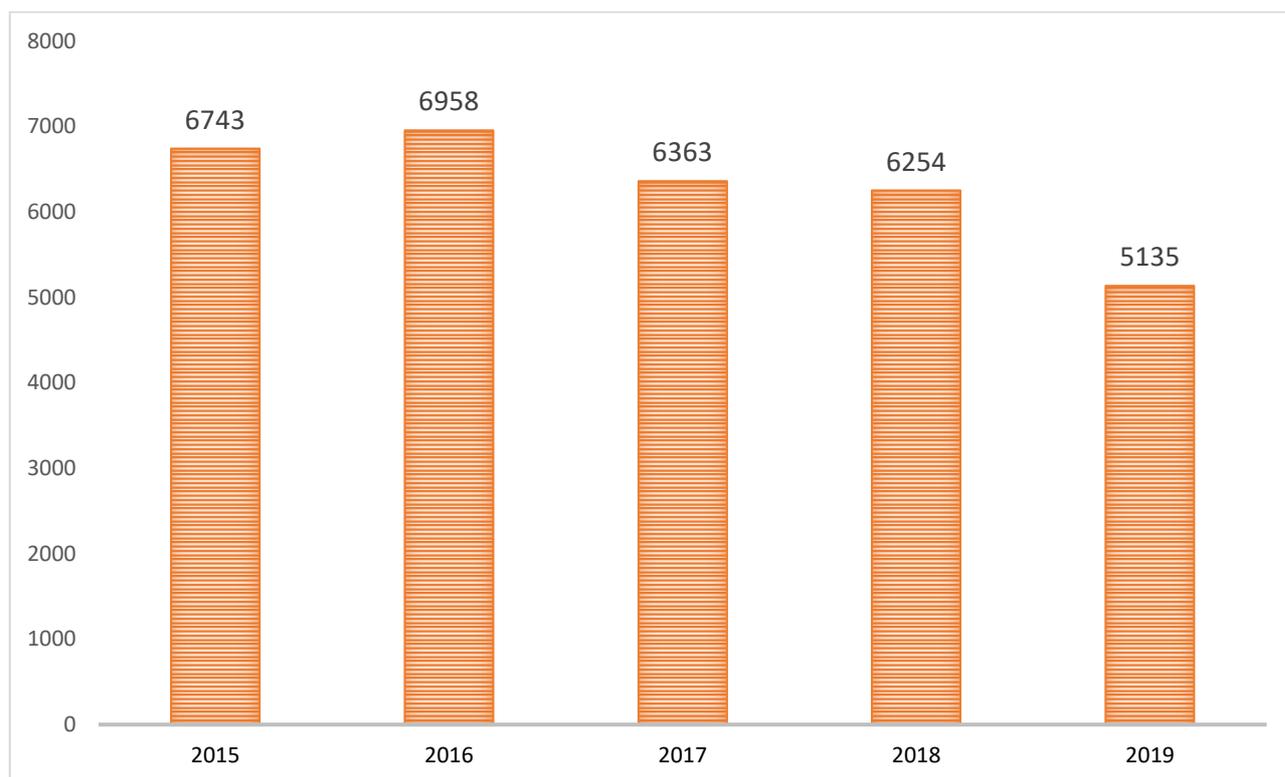


INCORPORAÇÃO DE JUROS AO CAPITAL DOS ASSOCIADOS

A rentabilidade é calculada com base na Taxa SELIC definida pelo COPOM/BACEN Aplicado ao Capital de cada Associado Até 100% da acumulada no ano
Em 2019 foi aplicado 100% da taxa SELIC acumulada no ano.

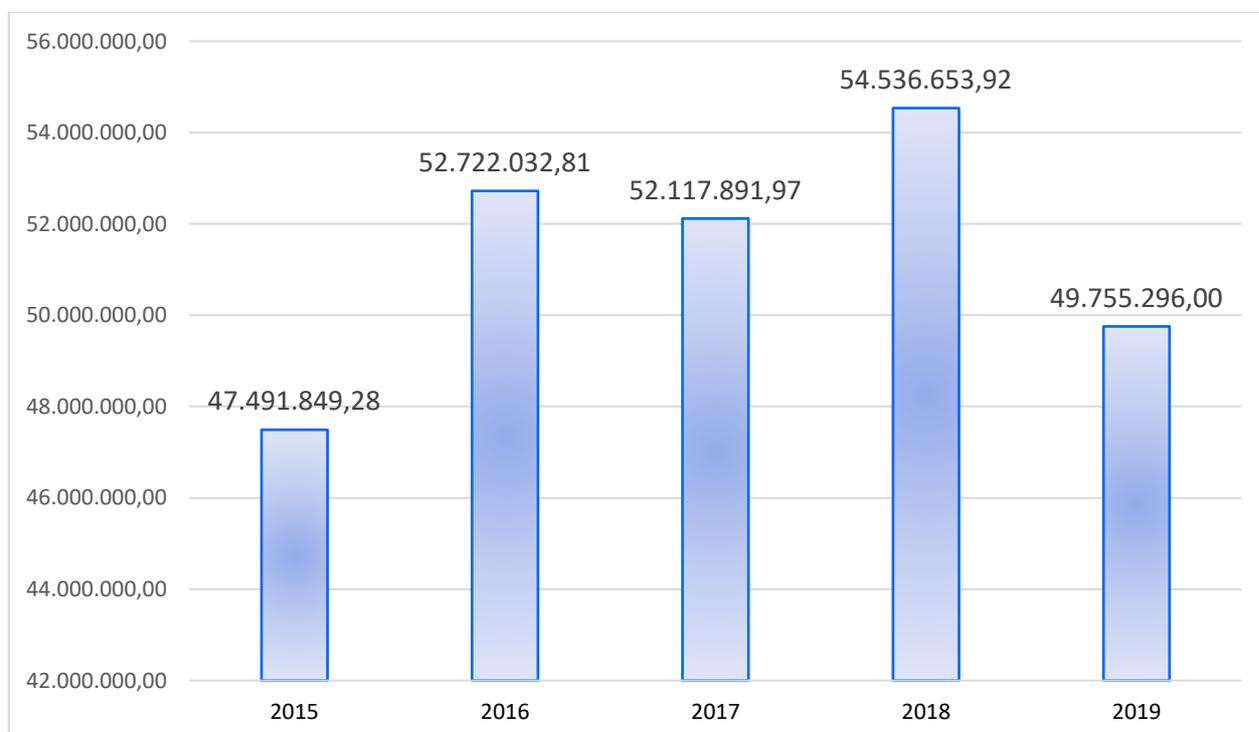


QUANTIDADE DE EMPRÉSTIMOS LIBERADOS



EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS AOS ASSOCIADOS

DE 2018 PARA 2019 O TOTAL DE EMPRÉSTIMOS LIBERADOS DIMINUIU 8,77%



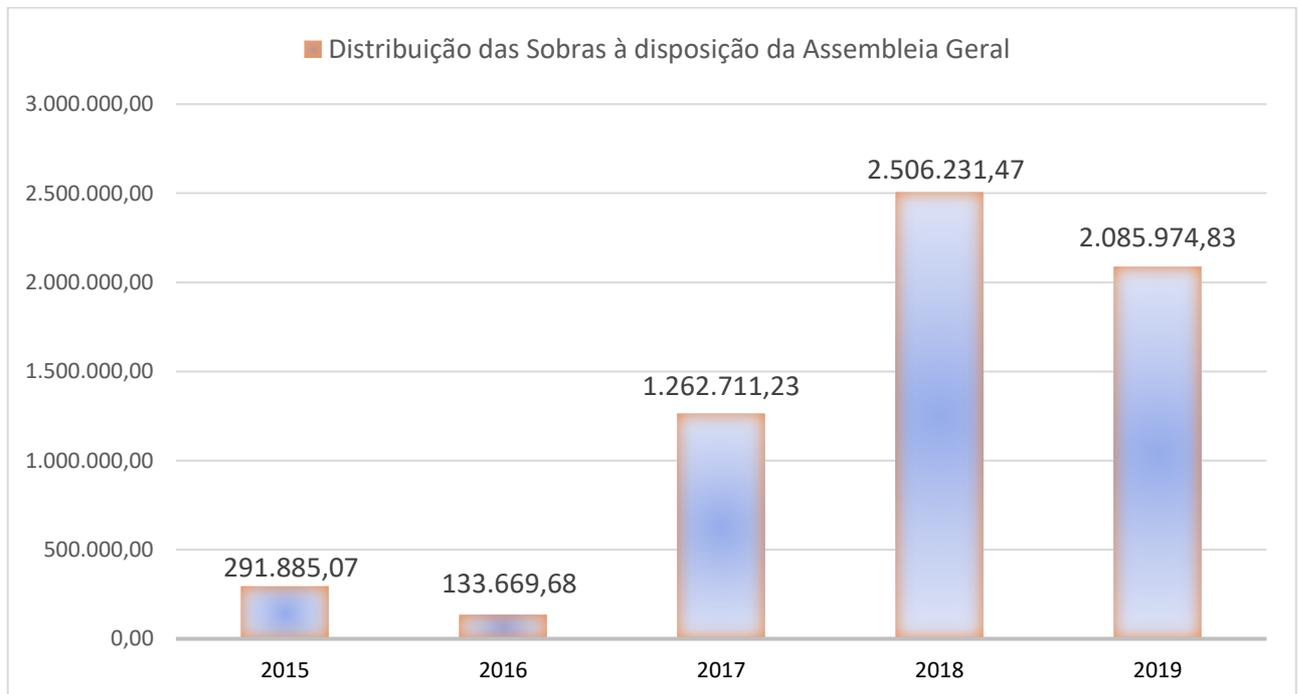
EMPRÉSTIMOS LIBERADOS PARA FINANCIAMENTO DE AUTOMÓVEL

Mês	Quantidade	Valor	100% CDI	85% do CDI / mês anterior
Janeiro	5	R\$ 246.400,00	12/18 = 0,4900	0,4165
Fevereiro	6	R\$ 230.500,00	01/19 = 0,5400	0,4590
Março	4	R\$ 182.100,00	02/19 = 0,4900	0,4165
Abril	11	R\$ 404.150,00	03/19 = 0,4700	0,3995
Maiο	14	R\$ 742.664,00	04/19 = 0,5200	0,4420
Junho	8	R\$ 237.119,00	05/19 = 0,5400	0,4590
Julho	3	R\$ 89.800,00	06/19 = 0,4600	0,3910
Agosto	4	R\$ 132.500,00	07/19 = 0,5700	0,4840
Setembro	6	R\$ 240.829,00	08/19 = 0,5000	0,4250
Outubro	4	R\$ 153.952,00	09/19 = 0,4600	0,3910
Novembro	4	R\$ 245.120,00	10/19 = 0,4800	0,4080
Dezembro	2	R\$ 82.100,00	11/19 = 0,3800	0,3230
TOTAL	71	R\$ 2.987.234,00		

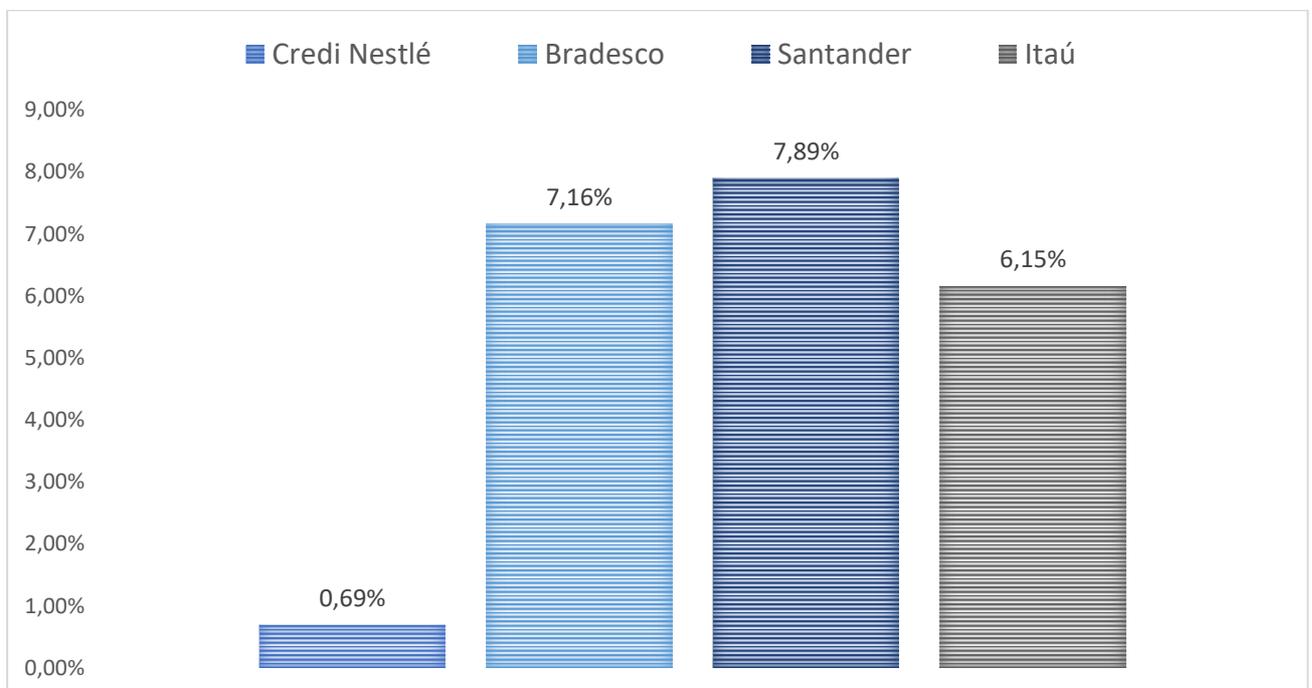


DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS AOS ASSOCIADOS

SOMENTE PARA ASSOCIADOS QUE PAGARAM JUROS SOBRE OS EMPRÉSTIMOS



COMPARATIVO DE TAXAS DE JUROS - CRÉDITO PESSOAL

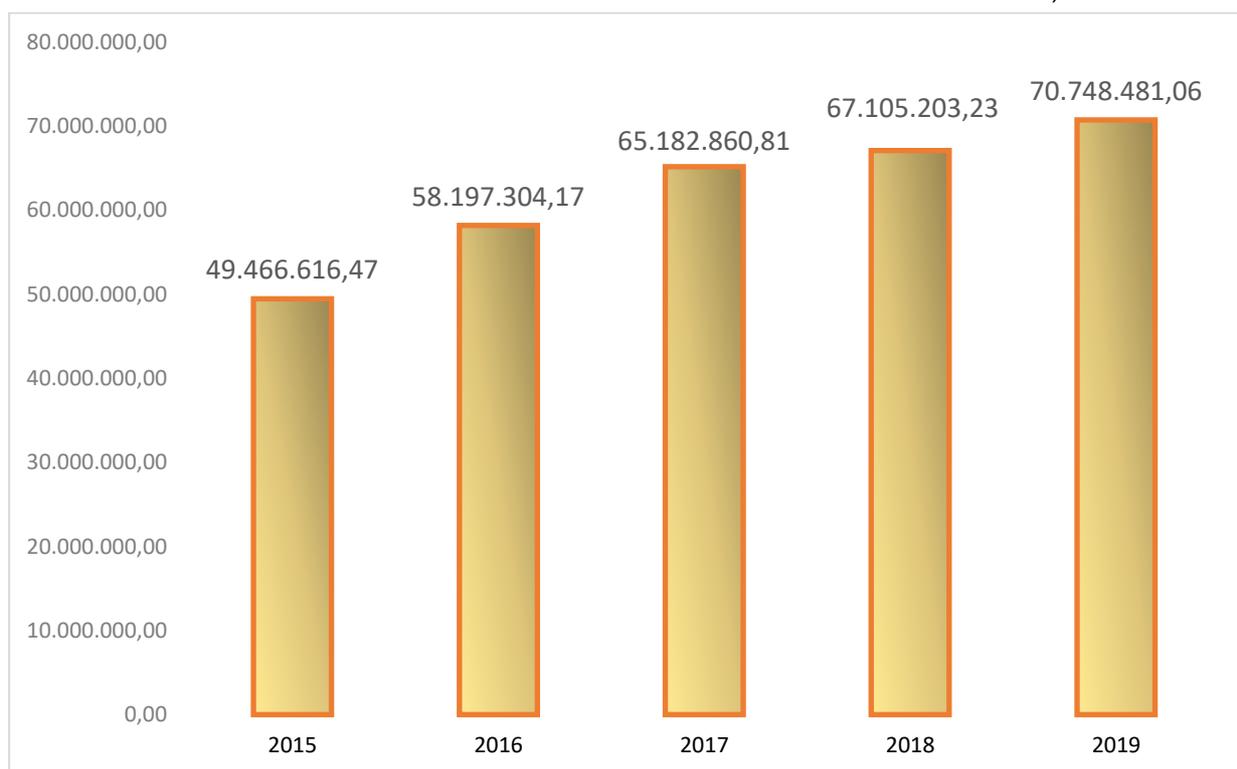


Os dados acima se referem às taxas mínimas p/clientes (Pessoa Física), independente do Canal de Contratação, considerando o prazo de contrato de 12 meses.

Fonte: Fundação PROCON - SP de 02/12/2019.

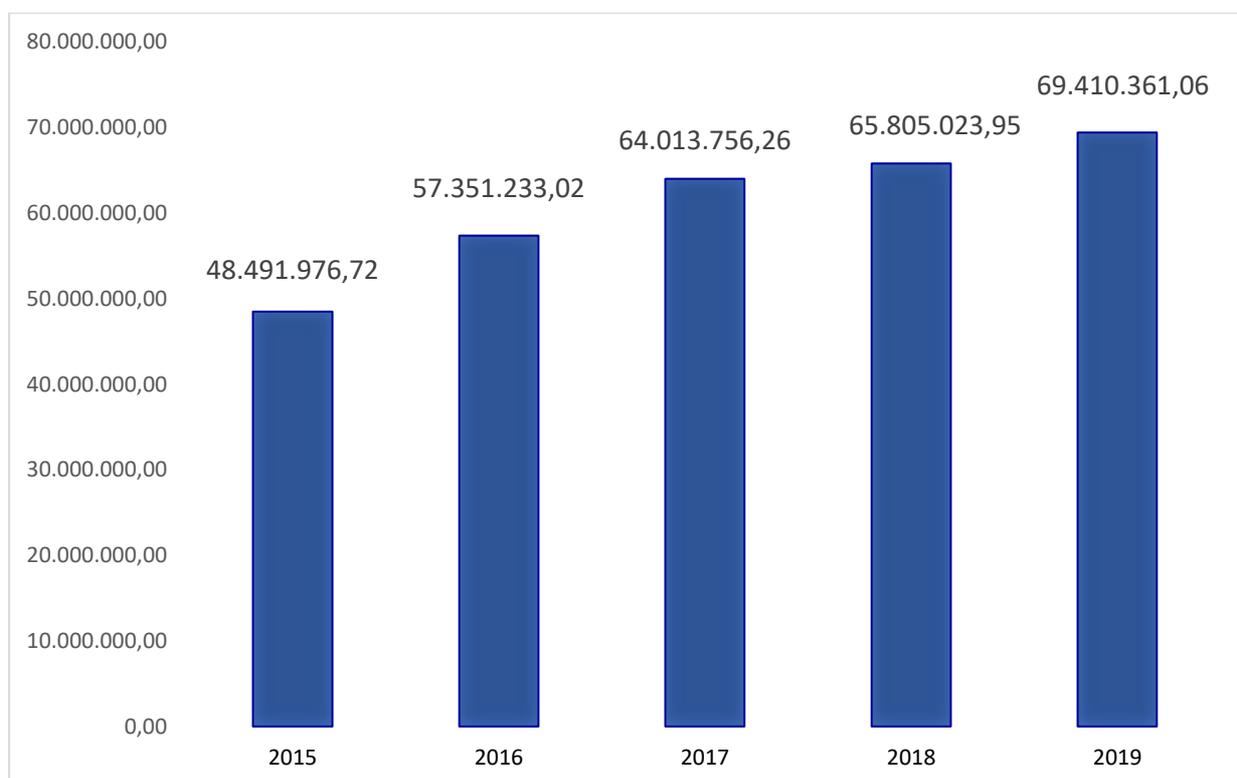
ATIVOS TOTAIS

COM BASE NOS BALANÇOS: INCLUI ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO E PERMANENTE DE 2018 PARA 2019 UM CRESCIMENTO ANUAL DE 5,43%



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COM BASE NOS BALANÇOS: INCLUI CAPITAL, RESERVA LEGAL E SOBRAS APRESENTOU UM CRESCIMENTO ANUAL DE 5,48%



DISTRIBUIÇÃO DE KITS NASCIMENTO

OFERECEMOS AOS FILHOS RECÉM-NASCIDOS DOS ASSOCIADOS COM RECURSOS DO F.A.T.E.S.



KIT NASCIMENTO

26 produtos de higiene pessoal 516 crianças

Custo unitário R\$ 270,66

284 meninos 232 meninas

Alcançado 81 novos associados no período de janeiro a dezembro/19

REEMBOLSO DE MATRÍCULA DO ENSINO SUPERIOR

OFERECEMOS AOS ASSOCIADOS O REEMBOLSO DE MATRÍCULA COM RECURSOS DO F.A.T.E.S

REEMBOLSO DE MATRÍCULA



Quantidade de associados que solicitaram reembolso de matrícula 140 Cooperados

Valor total de reembolso R\$ 82.106,60

Total de associados que contribuíam com menos de 1% 10 Cooperados

Alcançado 03 novos associados no período de janeiro a dezembro/19

DEMONSTRAÇÃO DO USO DO F.A.T.E.S. EM 2019

PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO 2019 COM OS RECURSOS DO FATES APROVADO EM A. G.O. DE 26/04/2019

Saldo do FATES - Balancete de 31/12/2018	602.242,54
Destinação 10% das Sobras ref. exercício de 2018	313.278,93
TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEIS PARA 2019	915.521,47

ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL	
Treinamento e Aperfeiçoamentos	0,00
Matrículas de faculdades e universidades	82.176,75
TOTAL	82.176,75

ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Kits de nascimento	163.982,56
TOTAL	163.982,56

ASSISTÊNCIA TÉCNICA	
Palestras - Educação Financeira	0,00
TOTAL	0,00

TOTAL UTILIZADO DO FATES NO EXERCÍCIO 2019	-246.159,31
TOTAL FATES ANTES das DESTINAÇÕES ref. SOBRAS 2019	669.362,16
Destinação de 10% das Sobras ref. exercício de 2019	260.746,86
TOTAL DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA 2020	930.109,02

São Paulo, 31 de dezembro de 2019.

Marcos Valentim Baccarin
Diretor Presidente

Francisco Gonçalves Neto
Diretor Administrativo

RESUMO DA DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL, DE MERCADO E LIQUIDEZ, DE CRÉDITO, SOCIOAMBIENTAL, GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS E GERENCIAMENTO DE CAPITAL ANO 2019

1. A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.
2. A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.
3. A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.
4. Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.
5. **Risco Operacional**
 - 5.1 O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
 - 5.2 Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
 - 5.3 A metodologia de alocação de capital, para fins do *Acordo de Basileia II*, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWA_{opad}) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
6. **Riscos de Mercado e de Liquidez**
 - 6.1 O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

- 6.2 O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- 6.3 No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:
- a) utilização do *VaR - Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
 - b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
 - c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
 - d) realização periódica de *backtest* do *VaR* das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
 - e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
 - f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
 - g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

7. Gerenciamento de Capital

- 7.1 O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

8. Risco de Crédito e Risco Socioambiental

- 8.1 O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- 8.2 O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.
- 8.3 Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

9. Gestão de Continuidade de Negócios

- 9.1 A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

- 9.2 O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.
- 9.3 São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).
- 9.4 Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

Este Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, de Mercado e Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Gestão de Continuidade de Negócios e Gerenciamento de Capital, do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) foi revisado e aprovado na reunião do Conselho de Administração em 28 de abril de 2020.

Os originais encontram-se assinados

Marcos Valentim Baccarin
Diretor Presidente

Francisco Gonçalves Neto
Diretor Administrativo

Raimundo Cesar Gomes
Diretor Operacional

RELATÓRIO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE RISCOS E DE CAPITAL DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB) ANO 2019

1. Apresentação

1.1 O Sicoob Confederação, por meio da Superintendência de Gestão de Riscos e Capital, com reporte ao Diretor de Desenvolvimento e Supervisão é o responsável pela gestão centralizada e integrada de riscos e capital das entidades do Sicoob, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital, os quais possuem manuais próprios, estabelecendo padrões para as respectivas instrumentalizações.

1.2 A alocação racionalizada de recursos, a definição de responsabilidades e de processos integrados e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos e de capital conferem transparência, eficácia e tempestividade às atividades das entidades do Sicoob.

1.3 No Sicoob, as estruturas centralizadas de gerenciamento de riscos e de capital são compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos das cooperativas, proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica das cooperativas, sendo capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que as entidades do Sicoob atuam.

1.4 A gestão centralizada de riscos e de capital não desonera as responsabilidades das cooperativas, as quais devem, também, indicar diretor para gerenciamento de riscos (CRO) e diretor responsável pela estrutura de gerenciamento de capital, nos casos das cooperativas enquadradas no segmento S4, e diretor responsável pela estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos, nas cooperativas enquadradas no segmento S5.

1.5 O Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas neste relatório.

1.6 As políticas institucionais de gestão de riscos e de capital são aprovadas no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, e revisadas, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo respectivo gerenciamento de risco do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

1.7 As políticas institucionais estabelecem diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento de risco das entidades do Sicoob.

1.8 Os sistemas, modelos e procedimentos aplicáveis ao processo centralizado de gerenciamento dos riscos e capital do Sicoob Confederação são avaliados, anualmente, pela

Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC), criada a partir das exigências da Circular nº 3.799/2016, do Banco Central do Brasil.

1.9 Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no referido processo.

2. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

2.1 A estrutura centralizada de gerenciamento do risco operacional do Sicoob prevê:

- a) identificação, avaliação e tratamento do risco operacional;
- b) documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- c) realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- d) elaboração de propostas de atualização da política sistêmica;
- e) disseminação da Política de Gerenciamento de Risco Operacional aos empregados da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados relevantes.

2.2 O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

2.3 A Plataforma de Gestão de Processos e Controles (PGPC), nos módulos *Risco Operacional* e *Controles Internos – Ações*, auxilia no processo de gerenciamento do risco operacional.

2.4 O ciclo de identificação, avaliação e tratamento de riscos operacionais, incluindo a reavaliação dos riscos já identificados, compõe-se das seguintes etapas:

- a) identificação do risco operacional: atividade realizada por meio da análise dos processos da entidade, verificando, também, os riscos, as causas e controles identificados e incluídos na PGPC;
- b) avaliação qualitativa do risco operacional identificado: atividade que relaciona as informações de impacto e probabilidade para determinação dos riscos que deverão receber tratamento. É realizada por meio da PGPC, módulo *Risco Operacional*, com aplicação da Matriz de Avaliação de Riscos Operacionais;
- c) tratamento do risco operacional, realizado por meio da PGPC, Módulo Risco Operacional, pela adoção dos procedimentos de:
 - c.1) implementação, pelos gestores de cada processo, das ações por eles informadas para tratamento dos riscos operacionais. Essa atividade é realizada por meio da PGPC, módulo *Controles Internos – Ações*;

- c.2) verificação da efetividade e tempestividade da implementação de cada ação;
- c.3) crítica do enquadramento dos riscos nos parâmetros definidos na metodologia;
- c.4) reavaliação dos riscos operacionais, também pelos gestores de cada processo, considerando os sistemas de controles implementados;
- c.5) guarda, pelos gestores das áreas da entidade, de documentos que evidenciam a efetividade, tempestividade e conformidade dos procedimentos, controles e/ou das ações de tratamento dos riscos operacionais, possibilitando a verificação por parte das auditorias interna, externa e cooperativa, da Área de Controles Internos e do Banco Central do Brasil.

d) documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais:

- d.1) as perdas operacionais e as recuperações de perdas operacionais estão armazenadas na PGPC, Módulo Risco Operacional em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.

e) comunicação e informação: geração de informações que permitam, internamente, a identificação de condições para adoção de correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional e, externamente, a transparência do processo.

3. Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Mercado

3.1 A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado prevê:

- a) procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle de riscos de mercado das entidades do Sicoob;
- b) avaliação contínua da efetividade das estratégias utilizadas de mitigação de riscos de mercado das entidades do Sicoob;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez que evidenciem, no mínimo:
 - c.1) valor em Risco (*Value at Risk* – VaR);
 - c.2) limites máximos de risco de mercado;
 - c.3) cenários de *stress* para risco de mercado;
- d) elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez, exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com especificações normativas em vigor;

e) cálculos e projeção do capital regulamentar necessário às exposições aos riscos de mercado pelas entidades do Sicoob.

3.2 O gerenciamento de risco de mercado adota procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência ao modelo de mensuração de risco (*backtesting* do *VaR*).

3.3 A métrica adotada para o cálculo gerencial do risco de mercado da carteira de não negociação (*banking*) é o Valor em Risco (*Value at Risk* – *VaR*), que mede a perda máxima estimada para determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

3.4 Para carteira de negociação (*trading*) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

3.5 Os testes de aderência ao modelo de mensuração dos riscos (*backtesting* do *VaR*) são realizados, semestralmente, pela área gestora, para apurar o nível de consistência entre as perdas estimadas pelo *VaR* e os retornos efetivamente verificados.

4. Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Liquidez

4.1. A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de liquidez prevê:

a) procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de liquidez das entidades do Sicoob;

b) produção de relatórios periódicos de acompanhamento dos riscos de liquidez para as entidades do Sicoob que evidenciem o enquadramento aos limites mínimos de liquidez;

c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de liquidez e que evidenciem, no mínimo:

c.1) limites mínimos de liquidez;

c.2) cenários de *stress* para risco de liquidez.

d) existência de plano de contingência de liquidez, contendo estratégias que devem ser adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e liquidez.

4.2. O gerenciamento do risco de liquidez adota procedimentos de identificação dos possíveis impactos na liquidez, da projeção da liquidez (fluxo de caixa), dos limites do risco de liquidez, cenários de *stress* de liquidez e planos de contingência de liquidez.

5. Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

5.1 A estrutura de gerenciamento de risco de crédito, além de padronizar processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitorar as carteiras e manter uma política única de risco de crédito, também atua na (nos):

- a) adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas, efetivamente, observadas;
- c) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- d) fornecimento de informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
- e) modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
- f) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito.

5.2 O Sicoob mantém um conjunto de metodologias para avaliar o risco de crédito do cliente e da operação:

- a) a metodologia é aplicada em duas etapas. Avalia-se primeiramente o cliente para depois avaliar eventuais fatores mitigadores de risco das operações com base em garantias;
- b) há várias metodologias de avaliação de risco do cliente, aplicadas conforme o perfil do tomador;
- c) nas metodologias de avaliação de risco do cliente, consideram-se variáveis específicas aos clientes e variáveis setoriais;
- d) as metodologias possuem poder discriminante (capacidade de separar bons e maus clientes), periodicamente testado;
- e) as classificações de risco subsidiam a alocação do crédito e a gestão da carteira de maneira sistêmica;
- f) a metodologia de risco de operação contempla o contido na Resolução CMN nº 2.682/1999.

5.3 Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

6. Estrutura de Gerenciamento de Risco Socioambiental

6.1 A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental prevê a padronização dos procedimentos operacionais internos para identificar, classificar, avaliar e tratar os riscos socioambientais, além de fornecer informações gerenciais periódicas às entidades do Sistema.

6.2 Os processos e procedimentos para análise e monitoramento dos riscos socioambientais estão relacionados às operações de crédito:

a) as orientações nos normativos internos abordam os princípios subjacentes às responsabilidades socioambiental, reconhecendo o engajamento das partes interessadas aos temas centrais e, também, sobre formas de integrar o comportamento, socialmente responsável, na organização.

6.3 A exposição ao risco socioambiental é realizada com base em metodologia que leva em consideração características do Cooperado e da operação.

7. Estrutura de Gerenciamento de Capital

7.1 A estrutura centralizada de gerenciamento de capital prevê:

a) monitoramento e controle do capital mantido pelas entidades do Sicoob;

b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;

c) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;

d) postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

e) viabilização, por meio de planejamento adequado de capitalização e de condições necessárias para o crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas.

7.2 O Gerenciamento de Capital é um processo cíclico que envolve áreas do Sicoob Confederação, cooperativas centrais e singulares.

7.3 O Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar riscos relevantes, de forma a manter um capital compatível com os riscos incorridos pelas entidades.

7.4 São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado. Os resultados das avaliações de seus impactos no capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

8. Estrutura de Gestão de Continuidade de Negócios

8.1 A estrutura centralizada de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) prevê:

- a) o conhecimento dos riscos de descontinuidade das entidades do Sicoob;
- b) a proposição de estratégias sistêmicas alinhadas aos riscos organizacionais;
- c) a implementação, divulgação, revisão, testes e manutenção das estratégias de continuidade, fazendo com que a gestão de continuidade de negócio faça parte da cultura organizacional;
- d) o alinhamento do processo de GCN junto às Centrais e Singulares.

8.2 A análise de impacto nos negócios (AIN) é a metodologia adotada para auxiliar na identificação dos processos críticos e está baseada nos impactos legal, financeiro e de imagem.

8.3 Para cada impacto (legal, financeiro e imagem) é atribuída uma nota conforme a criticidade.

8.4 Na metodologia da AIN é identificado o tempo limite para retorno à normalidade (*Recovery Time Objective - RTO*). Quanto menor o tempo para retorno à normalidade, maior a importância do processo para o negócio.

8.5 Os riscos de descontinuidade com resultado da AIN alto ou médio são classificados como processos críticos.

8.6 Para os processos críticos são definidas as estratégias de continuidade, com a intenção de resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

8.7 Durante a implementação das estratégias de continuidade dos processos críticos, são elaborados os Planos de Continuidade de Negócios classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Planos de Recuperação de Desastres (PRD) voltados para continuidade das suas atividades operacionais críticas.

8.8 O Sicoob Confederação é responsável pela elaboração dos Planos de Recuperação de Desastre (PRD), voltados para recuperação dos ativos de TI (Sisbr) referentes aos processos críticos sistêmicos, em um momento de contingência. As cooperativas são responsáveis pela elaboração dos Planos de Continuidade de Negócios voltados para os recursos de TI in-loco e negócio.

8.9 Os Planos de Continuidade de Negócios são testados anualmente para certificação quanto a sua efetividade.

Este Relatório da Estrutura de Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), foi revisado e aprovado na reunião do Conselho de Administração em 28 de abril de 2020.

Os originais encontram-se assinados

Marcos Valentim Baccarin
Diretor Presidente

Francisco Gonçalves Neto
Diretor Administrativo

Raimundo Cesar Gomes
Diretor Operacional

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2019 E DE 2018

(Valores em reais)

Cooperativa de Crédito Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé

CNPJ/MF nº 62.562.012/0001-67

Ativo	Notas	31-dez-19	31-dez-18
Circulante			
Disponibilidade	4	720.088	333.046
Título e Valores Mobiliários	5	19.932.540	15.949.203
Relações Interfinanceiras	6	332.920	-
Operações de Crédito	7	17.940.988	18.110.325
Outros Créditos	8	2.530.256	2.582.169
Outros Valores e Bens	9	621	1.421
Total do ativo circulante		41.457.414	36.976.164
Não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Operações de Crédito	7	24.724.857	26.158.375
Total Realizável Longo Prazo		24.724.857	26.158.375
Permanente			
Investimentos	10	4.454.537	3.835.875
Imobilizado de Uso	11	48.230	49.097
Intangível	12	63.444	85.691
Total do permanente		4.566.210	3.970.664
Total do ativo não circulante		29.291.067	30.129.039
Total do ativo		70.748.481	67.105.203
Passivo			
Circulante			
Obrigações sociais e estatutárias	13.1	944.984	932.914
Obrigações fiscais e previdenciárias	13.2	148.460	124.931
Obrigações diversas	13.3	244.676	242.334
Total do passivo circulante		1.338.120	1.300.179
Patrimônio líquido			
Capital Social	15.a	64.034.617	61.522.886
Reserva Legal	15.b	3.289.769	1.775.907
Sobras acumuladas	15.d	2.085.975	2.506.231
Total do patrimônio líquido		69.410.361	65.805.024
Total do passivo		70.748.481	67.105.203

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO

(Valores em reais)

Cooperativa de Crédito Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé				
CNPJ/MF nº 62.562.012/0001-67				
	Notas	2º Semestre de 2019	31-dez-19	31-dez-18
Ingressos e receitas da intermediação financeira				
Operações de Crédito		4.151.912	8.254.569	8.579.389
Resultado de Op. com Tít. e Valores Mobil. Instr. Financeiros		499.472	1.025.382	242.902
	17	<u>4.651.385</u>	<u>9.279.950</u>	<u>8.822.291</u>
Dispêndios e despesas da intermediação financeira				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(171.172)	(271.076)	(153.502)
	18	<u>(171.172)</u>	<u>(271.076)</u>	<u>(153.502)</u>
Resultado bruto da intermediação financeira				
		<u>4.480.213</u>	<u>9.008.875</u>	<u>8.668.789</u>
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais				
Dispêndios e Despesas de Pessoal	19	(1.113.781)	(2.163.050)	(2.315.801)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	20	(534.064)	(1.085.210)	(1.007.031)
Dispêndios e Despesas Tributárias	21	(12.645)	(17.910)	(13.925)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	22	173.995	239.769	920.645
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	23	(1.086)	(2.584)	(500)
		<u>(1.487.582)</u>	<u>(3.028.985)</u>	<u>(2.416.612)</u>
Resultado operacional				
		<u>2.992.631</u>	<u>5.979.890</u>	<u>6.252.177</u>
Resultado não operacional				
Receitas não operacionais	24	6.255	6.680	335
Despesas não operacionais	24	(421)	(421)	-
		<u>5.834</u>	<u>6.259</u>	<u>335</u>
Resultado antes da tributação e das participações				
		<u>2.998.465</u>	<u>5.986.149</u>	<u>6.252.512</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Participação de funcionários		(1.877)	(2.004)	-
		<u>(60.500)</u>	<u>(115.844)</u>	<u>(93.843)</u>
Resultado antes dos juros ao capital e das destinações estatutárias				
		<u>2.936.088</u>	<u>5.868.300</u>	<u>6.158.669</u>
Juros ao capital				
	16	<u>(3.256.466)</u>	<u>(3.256.466)</u>	<u>(3.025.880)</u>
Resultado antes das destinações estatutárias				
		<u>(320.378)</u>	<u>2.611.834</u>	<u>3.132.789</u>
FATES - Atos não cooperativo				
F A T E S - Atos cooperativo	15	-	(4.365)	-
Reserva Legal	15	-	(260.747)	(313.279)
		<u>-</u>	<u>(260.747)</u>	<u>(313.279)</u>
Sobras ou perdas líquidas do exercício				
		<u>(320.378)</u>	<u>2.085.975</u>	<u>2.506.231</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores em reais)

Cooperativa de Crédito Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé					
CNPJ/MF nº 62.562.012/0001-67					
	Notas	Capital Subscrito	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2017		61.288.417	1.462.628	1.262.711	64.013.756
Destinação de Sobras Exercício Anterior					
Ao Capital		1.262.711	-	(1.262.711)	-
Integralização/subscrição de capital		8.583.505	-	-	8.583.505
(-) Devolução de capital		(12.610.705)	-	-	(12.610.705)
Integralização de Juros ao Capital		3.025.880	-	-	3.025.880
IRRF sobre Juros ao Capital		(26.922)	-	-	(26.922)
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	3.132.789	3.132.789
F A T E S - Atos cooperativos		-	-	(313.279)	(313.279)
Reserva Legal		-	313.279	(313.279)	-
Saldos em 31/12/2018		61.522.886	1.775.907	2.506.231	65.805.024
Destinação de Sobras Exercício Anterior					
Constituição de Reservas		-	1.253.116	(1.253.116)	-
Ao Capital		1.253.116	-	(1.253.116)	-
Integralização/subscrição de capital		8.284.033	-	-	8.284.033
(-) Devolução de capital		(10.247.372)	-	-	(10.247.372)
Integralização de juros ao capital		3.256.466	-	-	3.256.466
IRRF sobre Juros ao capital		(34.511)	-	-	(34.511)
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	2.611.834	2.611.834
F A T E S - Atos não cooperativos	15	-	-	(4.365)	(4.365)
F A T E S - Atos cooperativos	15	-	-	(260.747)	(260.747)
Reserva Legal	15	-	260.747	(260.747)	-
Saldos em 31/12/2019		64.034.617	3.289.769	2.085.975	69.410.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores em reais)

Cooperativa de Crédito Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé			
CNPJ/MF nº 62.562.012/0001-67			
	2º Semestre de 2019	31-dez-19	31-dez-18
Atividades operacionais			
Sobras (perdas) do exercício juros ao capital e das destina	(320.378)	2.611.834	3.132.789
Ajustes			
Provisão para operações de crédito	124.787	222.042	93.105
Depreciações e Amortizações	19.068	37.057	9.842
	<u>(176.523)</u>	<u>2.870.932</u>	<u>3.235.737</u>
Varição nos ativos e passivos			
Operações de crédito	1.968.826	1.380.814	743.987
Outros créditos	118.664	51.913	(2.481.709)
Outros Valores e Bens	3.788	(799)	545
Obrigações sociais e estatutárias	121.206	12.070	81.390
Obrigações fiscais e previdenciárias	52.044	25.127	(46.318)
Outras Obrigações	(57.103)	2.342	96.003
	<u>2.207.425</u>	<u>1.471.467</u>	<u>(1.606.103)</u>
Caixa gerado nas operações	<u>2.030.901</u>	<u>4.342.400</u>	<u>1.629.634</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aportes de capital em investimento	(374.347)	(618.661)	(690.254)
imobilizações de uso	(4.695)	(13.942)	(5.328)
ativos intangível	-	-	(15.390)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(379.042)</u>	<u>(632.603)</u>	<u>(710.972)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento por novos aportes de capital	4.178.955	8.284.033	8.583.505
Devolução de capital à cooperados	(4.928.328)	(10.247.372)	(12.610.705)
FATES - Sobras do exercício atos não cooperativos	(4.365)	(4.365)	-
FATES - Sobras do exercício	(260.747)	(260.747)	(313.279)
Subscrição do juros ao capital	3.256.466	3.256.466	3.025.880
IRRF sobre juros ao capital	(34.511)	(34.511)	(26.922)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>2.207.470</u>	<u>993.503</u>	<u>(1.341.521)</u>
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	<u>3.859.329</u>	<u>4.703.300</u>	<u>(422.859)</u>
No início do período (Nota 4)	17.126.220	16.282.249	16.705.108
No fim do período (Nota 4)	20.985.548	20.985.548	16.282.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. (Em reais)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé - CREDINESTLÉ, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 08/05/1969, filiada à Cooperativa Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo - SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela lei complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

A Credi Nestlé possui 1 Ponto de Atendimento (SEDE) em São Paulo/SP.

A Credi Nestlé tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela administração em 2 de março de 2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

e) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

f) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os bens considerados como: equipamentos de uso e sistemas de processamento de dados não sofreram reavaliação, visto a imaterialidade do saldo para fins de ajuste.

g) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

h) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

i) Valor recuperável de ativos - *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

l) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a cooperativa tem por diretriz.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método

exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	720.088	333.045
Relações interfinanceiras - centralização financeira	332.920	0,00
Títulos e Valores Mobiliários	19.932.540	15.949.202
TOTAL	20.985.548	16.282.249

5. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2019 e de 2018**, as aplicações em títulos e valores mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	19.932.540	0,00	15.949.203	0,00
TOTAL	19.932.540	0,00	15.949.203	0,00

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no **SICOOB CENTRAL CECRESP**, com remuneração de, aproximadamente, 90% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto a **SICOOB CENTRAL CECRESP**.

Houve um ajuste em 01/01/2020 no valor de R\$ 3.334,21 referente ao rendimento de aplicação do dia 31/12/2019 que não foi lançado na data.

6. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2019 e de 2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Centralização Financeira – Cooperativas	332.920	0	0	0
TOTAL	332.920	0	0	0

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, com taxa média de 90% do CDI nos respectivos períodos.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados (b)	17.940.988	24.724.857	42.655.845	44.468.700
Total de Operações de Crédito	17.940.988	24.724.857	42.655.845	44.468.700

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº .682/1999:

Nível	Percentual de Risco	Situação	Emprest/ Tit. Desc. *	Total em 31/12/2019	Total da Provisão em 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Total da Provisão em 31/12/2018
A	0,50%	Normal	42.184.776	42.184.776	(210.925)	43.794.149	(218.971)
B	1%	Normal	115.227	115.227	(1.152)	100.331	(1.003)
C	3%	Normal	287.598	287.598	(8.628)	254.517	(7.636)
C	3%	Vencidas	88.662	88.662	(2.660)	71.750	(2.153)
D	10%	Normal	85.683	85.683	(8.568)	117.194	(11.719)
D	10%	Vencidas	45.957	45.957	(4.596)	76.340	(7.634)
E	30%	Normal	41.481	41.481	(12.444)	25.750	(7.725)
E	30%	Vencidas	30.773	30.773	(9.248)	56.550	(16.965)
F	50%	Normal	17.024	17.024	(8.512)	9.668	(4.834)
F	50%	Vencidas	18.444	18.444	(9.223)	51.689	(25.845)
G	70%	Normal	7.946	7.946	(5.563)	32.052	(22.436)
G	70%	Vencidas	79.311	79.311	(55.518)	18.776	(13.143)
H	100%	Normal	29.235	29.235	(29.235)	50.182	(50.182)
H	100%	Vencidas	287.525	287.525	(287.525)	41.508	(41.508)
Total Normal			42.768.970	42.768.970	(285.027)	44.383.843	(324.506)
Total Vencido			550.672	550.672	(368.770)	316.613	(107.247)
Total Geral			43.319.642	43.319.642	(653.797)	44.700.455	(431.754)
Provisões (-)			(653.797)	(653.797)		(431.754)	
Total Líquido			42.665.845	42.665.845		44.268.701	

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	5.470.269	12.689.958	25.169.763	43.319.642

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos	31/12/2019	% da Carteira
Pessoa Física	43.319.642	43.319.642	100%
TOTAL	43.319.642	43.319.642	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(431.754,00)	(338.649,00)
Constituições	(678.599,00)	(428.827,00)
Reversões	456.577,00	335.722,00
TOTAL	(653.796,00)	(431.754,00)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	411.997	0,95%	468.787	1,05%
10 Maiores Devedores	1.544.752	3,57%	1.682.811	3,76%
50 Maiores Devedores	4.240.083	9,79%	4.436.472	9,92%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(123.937)	(78.420)
Valor das operações transferidas no período	(106.419)	(52.328)
Valor das operações recuperadas no período	58.547	6.811
TOTAL	(171.809)	(123.937)

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos e Créditos a receber (a)	2.483.791	0	2.539.353	0
Diversos (b)	44.974	0	26.558	0
Devedores Diversos (c)	1.491	0	16.258	0
TOTAL	2.530.256	0	2.582.168	0

- (a) Em títulos e créditos a receber estão registrados os valores a receber do repasse da folha das empresas: R\$ 2.482.201 (valores a receber no mês subsequente); e IOF a receber R\$ 1.590.
- (b) Em diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores Diversos	0	0	2.039	0
Cheques a receber	44.974	0	24.519	0
TOTAL	44.974,00	0	26.558	0

(c) Em devedores diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Outros Devedores	0	0	1.307	0
Outros Devedores - Capital	0	0	1.842	0
Outros Devedores - Empréstimos	1.491	0	13.109	0
TOTAL	1.491	0	16.258	0

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Despesas Antecipadas (a)	621	0	1.421	0
TOTAL	621	0	1.421	0

(a) Despesas antecipadas estão registrado o valor de R\$ 621,32, referente ao Seguro de Vida Anual.

10. Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP, ações do BANCOOB e outros investimentos, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	4.444.775	3.826.113,00
Ações BANCOOB	9.762	9.762,30
TOTAL	4.454.537	3.835.875

11. Imobilizações de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Móveis e equipamentos de Uso	10%	34.856	34.856
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(18.440)	(15.322)
Sistema de Processamento de dados	20%	74.290	60.328

(-) Depreciação Acum. Sistema de Processamento de dados		(42.476)	(30.784)
TOTAL		48.230	49.098

12. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa Amortização	31/12/2019	31/12/2018
Outros ativos intangíveis	20%	159.363	159.363
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis		(95.920)	(73.672)
TOTAL		63.444	85.691

13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias	944.984	0	932.914	0
Fiscais e Previdenciárias	148.460	0	124.931	0
Diversas	244.676	0	242.334	0
TOTAL	1.338.120	0	1.300.179	0

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	934.474	0	915.521	0
Cotas de Capital a Pagar (b)	10.510	0	17.393	0
TOTAL	944.984	0	932.914	0

a) o FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	111.553	0	95.910	0
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	2.395	0	2.099	0
IRRF juros ao capital	34.511	0	26.922	0
TOTAL	148.460	0,00	124.931	0,00

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança de assemelhados	9.929	0	19.030	0
Fornecedores	0	0	85	0
Despesas de pessoal (a)	98.695	0	102.494	0
Outras despesas administrativas (b)	5.281	0	43.314	0
Credores diversos - país (c)	130.771	0	77.410	0
TOTAL	244.676	0	242.334	0

(a) Provisão de Férias colaboradores;

(b) Despesas serviços de terceirizados a pagar.

(c) A conta credores diversos - país, está assim composta:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Repasse folha a pagar	106.761	0	40.431	0
Outros Credores - pendências 2019	16.404	0	404	0
Outros Credores - Capital - 2019	167	0	15.447	0
Outros Credores - Bancoob/Santander	7.439	0	21.128	0
TOTAL	130.771	0	77.410	0

14. Instrumentos financeiros

A Credi Nestlé opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

15. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/201
Capital Social	64.034.616	61.522.885
Associados	9.475	9.289

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias de 10% das sobras, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2019, das sobras de R\$ 2.506.231 do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os cooperados deliberaram que 50% do valor foi incorporado na Reserva Legal e os outros 50% integralizados no capital dos cooperados.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobras do exercício	2.611.834	3.132.789
Fundo de assistência técnica, educacional e social ATOS NÃO COOP	(4.365)	0
Sobras do Exercício- base de cálculo das destinações	2.607.469	3.132.789
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(260.747)	(313.279)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(260.747)	(313.279)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.085.975	2.506.231

16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ (3.256.466,44), visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi de 100% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, aprovada em 23 de dezembro de 2019 na ata da Diretoria Executiva. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018

17. Receitas da intermediação financeira.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Empréstimos	8254.568	8.579.389
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.025.381	242.901
TOTAL	9.279.950	8.822.291

18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisões para Operações de Crédito	(683.034)	(153.502)
Reversão de provisões operacionais	411.959,	0
TOTAL	(271.076)	(153.502)

19. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	128,742	132.160,
Despesas de Pessoal - Benefícios	697.763	629.734
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	379.872	502.529
Despesas de Pessoal - Proventos	956.672	1.051.375
TOTAL	2.163.050	2.315.801

20. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Comunicações	1.555	3.508
Despesas de Material	513	1.435
Despesas de Processamento de Dados	77.209	47.861
Despesas de Promoções e Relações Públicas	23.521	549
Despesas de Publicações	819	650
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro		18
Despesas de Serviços de Terceiros	18.110	100.459
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	214.794	151.758
Despesas de Transporte	2.061	388
Despesas de Viagem no País	16.964	5.846

Despesas de Amortização	22.247	11.378
Despesas de Depreciação	14.809	12.315
Outras Despesas Administrativas (a)	692.602	670.241
TOTAL	1.085.210	1.007.031

(a) Em 31/12/2019 a conta Outras Despesas Administrativas esta composta principalmente pela mensalidade do rateio do Sicoob Central Cecresp no valor de R\$ 260.235 e contribuição para OCESP no valor de R\$ 115.585.

21. Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas Tributárias	3.565	2.892
Despesas Impostos s/ serviços - ISS	196	44
Despesas de contribuição ao COFINS	267	1.011
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	9.263	9.976
Outros	4.619	10.11
TOTAL	17.910	13.925

22. Outras Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de encargos e despesas	38	0
Outras rendas operacionais	232.934	253.283
Ingressos e de depósitos intercooperativos	6.796	667.361
TOTAL	239.769	920.645

23. Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas desconto concedido	749	259
Dispêndio depósitos intercooperativos	548	240
Outras despesas operacionais	1.285	0
TOTAL	2.584	500

24. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receita não operacional	6.679	355
Despesas não operacional	(420)	(20)
TOTAL	6.259	335

25. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central do Brasil, tais como operações de crédito.

Saldo das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	386.363	0,89%
Montante das Operações Passivas	386.363	0,89%

(a) Detalhamento das operações ativas:

A taxa praticada nos empréstimos: de 0,69% a 1,79% ao mês pelo sistema SAC, com prazos de pagamento de 1(um) a 48(quarenta e oito) meses. Para empréstimo veículo é praticada a taxa de 85% CDI do mês anterior com o prazo de pagamento de 1 (um) a 48 (quarenta e oito) meses

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	386,363	1.931	089%

(b) No exercício de 2019, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(66.866)

26. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	62.315.504
Índice de Basileia - %	126,49%
Índice de imobilização (limite 50%) - %	0,18%

27. Provisão para demandas Judiciais

Segundo a Administração da Cooperativa, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figure como polo passivo, classificados com probabilidade de perda provável ou possível.

São Paulo - SP, 6 de março de 2020.

Marcos Valentim Baccarin	Francisco Gonçalves Neto	Raimundo César Gomes
Diretor Presidente	Diretor Administrativo	Diretor Operacional

Valeria Machado da Costa Mesquita

Contadora

CRC: 1SP-193.225/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Nestlé**, pelos seus membros abaixo assinados, tendo em vista os resultados das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2019 para os fins previstos no artigo 98 do Estatuto Social, e após examinar os documentos que compõem o “**BALANÇO GERAL**” encerrado em 31 de dezembro de 2019 bem como da Demonstração de “**SOBRAS OU PERDAS**”, constatou-se que:

As escriturações contábil e fiscal estão em perfeita ordem;

As despesas efetuadas autorizadas pela Administração encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da cooperativa e estão devidamente documentadas;

Não tem a cooperativa qualquer questão a resolver com as autoridades do Cooperativismo;

O saldo do dinheiro em caixa sempre que houve conferência foi constatado de acordo com o saldo apontado no controle de caixa e contabilidade;

Os valores utilizados do F.A.T.E.S., conforme decisão da Administração foram aprovados por este Conselho, e estão devidamente documentados;

Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia;

Os empréstimos foram concedidos de acordo com regras estabelecidas e aprovadas pelo Conselho de Administração;

Créditos a receber em atraso estão sendo cobrados corretamente;

Várias questões de ordem administrativa foram por nós tratadas com a Administração, que as explicou e a contento, tomou conforme o caso, as providências recomendadas para a sua solução.

Dado o exposto, recomendamos a aprovação do Balanço Geral e Demonstrações de Resultado de “Sobras ou Perdas” do exercício findo de 2019, pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária.

São Paulo, 06 julho de 2020.

Marco Aurélio C. Nunes
Conselho Fiscal
Efetivo

Kennedy Mantovani Nobrega
Conselho Fiscal
Efetivo

Rafael Martines da Costa
Conselho Fiscal
Efetivo

AGRADECIMENTOS

Ao encerramento de mais um exercício de atividades da CREDI NESTLÉ, nossos agradecimentos àqueles que efetivamente colaboraram, atuaram e incentivaram para o desenvolvimento de nossa Cooperativa, cada um em suas respectivas atribuições.

Sem esta verdadeira cooperação, nossos resultados não seriam os mesmos:

- ▶ **Aos colegas Cooperados em Geral;**
- ▶ **As Colaboradoras da Credi Nestlé;**
- ▶ **Aos Membros do Conselho Fiscal;**
- ▶ **Aos Diretores e Gerente da Nestlé;**
- ▶ **Aos Departamentos de Recursos Humanos de todas as Unidades Nestlé;**
- ▶ **À CECRESP - Central das Coops. de Crédito do Estado de São Paulo;**
- ▶ **À OCESP - Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo;**
- ▶ **À OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras;**

E todos enfim que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram ou estão contribuindo para o crescimento e fortalecimento do Cooperativismo de Economia e Crédito Mútuo em nosso País.

Em nome de toda a equipe de trabalho, nossos agradecimentos.

São Paulo, 06 de julho de 2020.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA NESTLÉ, CNPJ nº 62.562.012/0001-67 e NIRE nº 35400010649, no uso das atribuições Legais e Estatutárias, convoca os delegados, que nesta data são em número de 24 (vinte e quatro) em condições de votar, para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária** e, após o seu término, no mesmo local, para **Assembleia Geral Ordinária**, em sua sede social à Avenida das Nações Unidas 17.007, Várzea de Baixo, São Paulo/SP, CEP 04730-090 no dia **06 de julho de 2020**, obedecendo aos seguintes horários e “quorum” para sua instalação, sempre no mesmo local: **01)** Em primeira convocação: às **8:00 horas**, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados; **02)** Em segunda convocação: às **09:00 horas**, com a presença de metade e mais um do número total de delegados; **03)** Em terceira e última convocação, às **10:00 horas**, com a presença de no mínimo 10 (dez) delegados, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Deliberação sobre o Relatório de Motivações para a Desfiliação da Cooperativa, do quadro social da Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo - SICCOOB Central Cecresp, bem como apresentação dos meios pelos quais os serviços hoje utilizados serão supridos, conforme art. 40, I, da Resolução 4.434 do Banco Central do Brasil, acompanhado de parecer do Conselho Fiscal;
2. Deliberação para o Pedido de Desfiliação do quadro de associadas da Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob Central Cecresp;
3. Reforma plena do estatuto social.
4. Assuntos de interesse Geral sem caráter deliberativo.

PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

1. Prestação de Contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2019, compreendendo o Relatório da Gestão, Balanços Gerais, Demonstrativo da conta de Sobras ou Perdas, acompanhada de Parecer do Conselho Fiscal;
2. Destinação das Sobras apuradas e sua fórmula de cálculo;
3. Ratificação do Pagamento de Juros ao Capital;
4. Uso e Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES;
5. Fixação do valor dos honorários, gratificações e cédulas de presença dos membros do Conselho de Administração e Fiscal.
6. Assuntos de interesse Geral sem caráter deliberativo.

São Paulo, 22 de junho de 2020.

MARCOS VALENTIM BACCARIN
Diretor Presidente

NOTA: As Demonstrações Contábeis do Exercício de 2019 estão à disposição dos Associados na Sede da Cooperativa. (Resolução C.M.N. nº 4.434/15)





Credi Nestlé
(11) 5102-1849
nescred@br.nestle.com
www.necred.com.br

Avenida das Nações Unidas, 17007
22º andar, Várzea de Baixa
CEP 04730-090
São Paulo/SP